

18. O que faz com que uma língua deixe de ser falada e desapareça?

David Batista de Jesus Travassos.⁷⁸

Resumo: Neste artigo será apresentada uma breve resenha do livro *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*, de autoria do Professor Xoán Carlos Lagares. Serão selecionados, dentro o amplo escopo do livro, três capítulos para discussão, respectivamente: “Glotopolítica: reflexão/ação”, “Língua, Estado, mercado”, e “Minorias linguísticas”. Tendo em vista os capítulos mencionados, será selecionado, para cada capítulo, três pontos/ideias presentes nos respectivos textos e apresentada uma síntese, o encadeamento lógico, dos pontos selecionados, seguindo a lógica e os argumentos apresentados por Lagares (2018). O presente artigo expõe ainda a crítica aos capítulos resenhados. Propõe uma discussão através de enlaces externos ao livro e finaliza com algumas reflexões, pautadas na leitura apresentada.

Palavras-chave: Políticas linguísticas; língua espanhola; variação linguística; diversidade linguística; línguas minoritárias.

Abstract: In this article will be introduced a short review from the book *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*, from Professor Xoán Carlos Lagares. Will be also selected, from the broad book's scope, three chapters for discussion, respectively: "Glotopolítica: reflexão/ação", "Língua, Estado, mercado", and "Minorias linguísticas". With the mentioned chapters in mind, it will select, for each chapter, three points/ideas located on their respective texts and it brings a summary, the logical sequence, from selected points, following the logic and arguments Lagares' (2018) presented. This article exhibit a critique to the reviewed chapters yet. Propose a discussion through external links to the book and end with some thoughts, lined with the shown reading.

Keywords: Language politics; spanish language; language variation; language diversity; minorities language

Resumen: En este artículo, será presentado una breve reseña del libro *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*, por el profesor Xoán Carlos Lagares. Será seleccionado, del amplio alcance del libro, tres capítulos para discusión, respectivamente: “Glotopolítica: reflexão/ação”, “Língua, Estado, mercado”, e “Minorias linguísticas”. En vista de los capítulos antes mencionados, será seleccionado, para cada capítulo, tres puntos / ideas presentes en los respectivos textos y presentado una síntesis, la cadena lógica, de los puntos seleccionados, siguiendo la lógica y los argumentos presentados por Lagares (2018). Este artículo expone las críticas a los capítulos reseñados y propone una discusión a través de enlaces externos al libro. Termina con algunas reflexiones, basadas en la lectura presentada.

⁷⁸ Mestre em Letras Neolatinas: estudos linguísticos: língua espanhola, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Letras Português-Espanhol, Faculdades Integradas Campo-grandenses (FEUC-FIC).

Contato: david-batista19@hotmail.com.br

Palabras clave: Políticas lingüísticas; lengua española; variación lingüística; diversidad lingüística; lenguas minoritarias.

1. Introdução

Neste trabalho, pretende-se resenhar três capítulos do livro *Qual política lingüística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*, de autoria do Professor Xoán Carlos Lagares, respectivamente os capítulos “Glotopolítica: reflexão/ação”, “Língua, Estado, mercado”, e “Minorias lingüísticas”. Para tanto, segue-se a seguinte organização, nesta resenha: no primeiro momento, seleciona-se alguns pontos, ideias apresentadas pelo autor, a partir dos capítulos resenhados e seguindo a ordem dos capítulos, portanto, tem-se três ideias selecionadas de cada capítulo; no segundo momento, apresenta-se a opinião referentes aos capítulos resenhados; por último, expõe-se algumas reflexões e enlaces externos, finalizando com a problematização.

2. Políticas lingüísticas: como, a quem e por quê?

No capítulo “Glotopolítica: reflexão/ação”, Lagares (2018) propõe uma reflexão sobre a relação entre linguagem e política. Desse modo, o autor defende que o simples ato de refletir sobre a língua/linguagem, própria ou alheia, constitui um posicionamento político, dado que “não há como escapar da normatividade que rege os usos da língua.” (CAMERON, 1995 *apud* LAGARES, 2018, p.15). Lagares (2018), neste capítulo, propõe uma reflexão sobre línguas e os efeitos políticos da linguagem, pontuando e discutindo os desafios encontrados na relação encontrada entre linguagem e política, bem como as novas abordagens teóricas e suas implicações político-sociais. Tendo em vista essa proposta, Lagares (2018) desenvolve o conceito de *glotopolítica* a fim de discutir essa “nova” proposta de abordagem da lingüística. Nesse sentido, três pontos foram selecionados para discussão: (1) Os efeitos políticos da pesquisa lingüística; (2) os conceitos de *gestão e planejamento lingüístico*; e (3) Práticas glotopolíticas: os conceitos de *liberalismo e dirigismo*. A seguir, apresenta-se os pontos para discussão.

2.1 - Ponto 1: Os efeitos políticos da pesquisa lingüística.

Lagares (2018) entende que a língua é um objeto de discussão e polêmica entre todos aqueles que estão ligados a ela. Em vista disso, recupera a ideia segundo a qual Cameron (1995) denomina *higiene verbal* – as avaliações das práticas de linguagem dos falantes – a fim de demonstrar que essas avaliações acontecem em todas e quaisquer práticas de linguagem. Consequentemente, Lagares (2018), através das dicotomias: linguistas x não linguistas; saber línguas x saber sobre línguas; ordem x (suposta) desordem; gramáticos x linguistas; função clara x função (não) prevista; prescrição x descrição, salienta o caráter interventivo do falar sobre língua/linguagem, isto é, “a reflexão sobre as línguas é, per se, uma forma de intervenção sobre elas.” (LAGARES, 2018, p. 19). O autor aponta que o simples ato de refletir criticamente sobre a língua evoca o caráter político dessa ação, isto é, tanto aqueles que estudam a linguagem quanto os que fazem uso dela não estão isentos da natureza política dessa reflexão/ação. Desta maneira, Lagares (2018) evidencia que o trabalho do linguista, embora não previsto, em maior ou menor grau, apresenta um engajamento político-social.

Em vista do exposto, Lagares (2018) argumenta e defende o caráter interventivo dos linguistas. Segundo o autor, desde antes do corte epistemológico saussuriano, os cientistas da linguagem já se empenhavam, através do saber linguístico-científico, em desenhar os contornos da língua nacional e delimitar suas origens, os linguistas preocupavam-se em entender a genealogia das línguas e seus mecanismos de mudança a fim de contribuir para a consolidação da língua nacional: isso constitui uma ação política. No entanto, segundo Lagares (2018) essa prática linguística estaria ligada a uma ideia restrita sobre a língua/linguagem: a ideia de consenso espontâneo, entendia-se a língua como um objeto homogêneo e estável dentro de um ambiente de intenso controle ideológico, o controle político, de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1991]). Portanto, diante disso, Lagares (2018) aponta que, como resultado da reflexão/ação sobre a língua, surgem abordagens teóricas pautadas na dimensão política das relações linguísticas que dão ênfase no caráter interventivo e político da língua/linguagem e que se obrigam a formular perguntas sobre as consequências das próprias pesquisas e sobre seu engajamento em situações concretas: a glotopolítica.

2.2 - Ponto 2: Os conceitos de gestão e planejamento linguístico.

Lagares (2018), pautado nos trabalhos de Ricento (2006) e Spolsky (2012), aponta que, nas décadas de 1960 e 1950, na Ásia e África, política linguística era entendida como uma forma de resolver “problemas linguísticos” em sociedades multilíngues formadas após o processo de descolonização. Desse modo, de acordo com o autor, a fim solucionar tais problemas, em sociedades recém descolonizadas, surge um movimento de intervenção através do qual se propõe um planejamento linguístico em função da ideia de que a diversidade linguística seria um obstáculo à modernização. Segundo Lagares (2018), nesse contexto, o linguista desempenhava um papel fundamental para o estabelecimento de um *status* (funções sociais da língua) e de um *corpus* (código linguístico) planejado, delimitado e imposto pelo Estado Nacional. Segundo o autor, a participação do linguista, com seu conhecimento técnico colocado a serviço do Estado, foi fundamental para a unificação política e linguística dos países recém descolonizados, posto que “há uma consciência clara de que dinâmicas sociais complexas podem conduzir os processos históricos em diferentes direções.” (LAGARES, 2018, p.21). Posto isso, segundo Lagares (2018), com a necessidade de relacionar o micro e macrossociolinguístico, pautado na perspectiva da teoria da gestão linguística de Jernudd e Nekvapil (2012), amplia-se o conceito de planejamento linguístico, resultante da ideia de gestão linguística. Segundo o autor, gestão estaria organizada no nível macrossocial e seu escopo alcançaria o nível individual, desse modo gestão linguística é apresentada pelo autor a fim de mostrar a ampliação da ideia de planejamento, a gestão linguística, na qual é dado ênfase não apenas em qual língua falar, aprender, na ortografia e na gramática, por exemplo, mas também na competência linguística individual do falante dentro de um contexto macrossocial.

2.3 - Ponto 3: Práticas glotopolíticas: os conceitos de liberalismo e dirigismo

De modo geral, Lagares (2018) define glotopolítica como toda decisão/ação/reflexão que envolve língua/linguagem direta ou indiretamente. Desse modo, o autor recupera dois conceitos fundamentais que são identificados como práticas glotopolíticas, segundo Guespin e Marcellesi (1986): o liberalismo e o dirigismo. O liberalismo seria uma atitude conservadora que favorece a penetração ou manutenção da

ideologia dominante, liberalismo glotopolítico: “conjunto de intervenções que beneficiam as camadas interessadas na conservação de uma situação que lhes é favorável” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p.17), caracterizado por uma classe politicamente conservadora. O dirigismo, no entanto, seria a prática oposta: “política linguística de uma formação social em ascensão”, gestão democrática. Lagares (2018) recupera esses conceitos a fim de argumentar que as práticas glotopolíticas se distinguem nesses dois polos, dos quais não se poderia escapar, tendo em vista que toda reflexão/ação sobre a linguagem é uma ação política.

3. Quem escolhe a língua que falamos e por quê?

No capítulo “Língua, Estado, mercado”, Lagares (2018) propõe uma reflexão sobre a relação estreita entre língua, Estado e mercado. O autor trata sobre como ocorre o processo de constituição e construção de uma língua nacional, bem como de identidade, nacional e individual. Lagares (2018) aborda e problematiza as relações entre o Estado, as comunidades multilíngues e os processos de codificação de uma dada variedade linguística, bem como discute as funções que uma língua (pode)desempenha(r) e como uma língua (pode) se tornou(ar) uma fonte econômica para o Estado. Nesse sentido, três pontos foram selecionados para discussão: (1) Comunidade imaginada; (2) Língua real dos Estados modernos; e (3) A invenção da língua nacional implica a invenção do monolinguismo. A seguir, apresenta-se os pontos para discussão.

3.1 - Ponto 1: O conceito de *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008 [1991] apud LAGARES, 2018)

Lagares (2018) parte do exemplo da ação dos manifestantes latinos, que no Estados Unidos cantaram o hino do país em espanhol para expor, marcar e reivindicar a ideia de pertencimento e, ao mesmo tempo, não pertencimento à nação (Estados Unidos), a fim de ilustrar o conceito/ideia que Anderson (2008 [1991]) denomina *comunidade imaginada*. Segundo Lagares (2018), esse conceito de comunidade imaginada do qual trata Anderson (2008 [1991]) é entendido como uma realidade social construída "inventada pela vontade de grupos sociais que conseguem se identificar como comunidade, acima das interações concretas que constituem as comunidades locais"

(LAGARES, 2018, p.50). Conforme Lagares (2018), “Para Anderson (2008 [1991]), a constituição de um mercado literário, que faz circular livros entre aqueles que eram capazes de ler uma mesma língua escrita e, sobretudo, a imprensa diária, a publicação de jornais e revistas, permitiram estabelecer laços entre cidadãos, que assim compartilhavam referências políticas e culturais num tempo e num espaço aparentemente homogêneos.” (LAGARES, 2018, p. 51). Logo, Lagares (2018) recupera o conceito de comunidade imaginada a fim de defender que a língua cumpre um papel fundamental na localização dos indivíduos do território nacional, na construção das identidades nacionais e individuais dos falantes, bem como na participação político-social de uma dada sociedade.

3.2 - Ponto 2: Língua real dos Estados Modernos

Lagares (2018) recupera a ideia de *protonacionalismo* (final do século XVIII e início do XIX), de Hobsbawm (2002 [1990]), na qual, como o termo sugere, primeiro nacionalismo, entende-se que a língua é um construto semiartificial, virtual. Segundo Lagares (2018), pautado nas palavras de Hobsbawm “As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebraico” (HOBSBAWM, 2002 [1990], p.70). Lagares (2018) aponta que “não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, status, política e ideologia” (HOBSBAWM, 2002, p.134).

Nesse sentido, Lagares (2018) defende e argumenta que a língua funciona como instrumento de coesão social, ou seja, a língua da elite, da administração e da cultura escrita promovem e estabelecem um modelo linguístico e nacional de relativa estabilidade e homogeneidade a fim de propor, e difundir, essa realidade coesa e estável. Desse modo, como Lagares (2018) assinala que as *atividades linguísticas* constituem um instrumento de fixação da língua nacional, visto que, através delas, é promovida a referência a algo compartilhado (ANDERSON, 2008 [1991]) – a língua da nação –, dado que essas atividades fazem com que sejam compartilhadas as mesmas referências políticas, sociais e linguísticas, segundo o autor. Logo, Lagares (2018) justifica que a língua intervém como ferramenta política na construção do Estado-nação, dado que é criado um modelo de comunidade da elite, *comunidade imaginada*, no qual a língua da classe dominante se

transforma na *língua real dos estados modernos* a fim de estabelecer um ‘projeto piloto’ de nação. Portanto, Lagares (2018, p.53) aponta que “o preço de tal política de unidade e coesão linguística, num Estado nacional que aspira à homogeneidade cultural e ideológica-religiosa, é pago em termos de “discriminação, coerção, exclusão, imposições e violações de direitos.” (SHOHAMY, 2006, p. 19)”.

3.3 - Ponto 3: A invenção da língua nacional implica a invenção do monolingüismo

Recuperando o trabalho de Anderson (2008), Lagares (2018) indica que há três instrumentos fundamentais na construção da *comunidade imaginada*: *censo*, empregado para criar identidades; *mapa*, que delimita o território e projeta as fronteiras; e *museu*, que põe ao alcance dos cidadãos patrimônio cultural compartilhado. Para Lagares (2018, p. 52), o censo foi fundamental “para dar forma e classificar as diversas práticas linguísticas existentes dentro do território delimitado pelo mapa da nação como realidades diferenciadas”. Segundo o autor, através do censo foi possível visualizar as relações complexas entre as variedades faladas nesse território determinado e, por consequência, fez surgir a discussão sobre língua-dialeto. Baseado no estudo de Haugen (2001 [1966]), Lagares (2018) indica que não há como resolver tal discussão em termos estritamente linguísticos-gramaticais, pois há duas dimensões a ser consideradas, a linguística, já mencionada, e a funcional, que diz respeito ao fator social, que atende aos usos das variedades linguísticas dos falantes. Desse modo, segundo Lagares (2018), tendo em vista a *língua real dos Estados Modernos*, para as outras variedades que não foi aplicada “toda uma tecnologia gramatical de codificação que lhe permite funcionar como língua nacional” (LAGARES, 2018, p. 53), os dialetos, resta apenas o lugar no *museu*, o patrimônio linguístico, enriquecendo o acervo cultural da nação. Essas variedades, segundo o autor, têm seu lugar numa relação subalterna, ou seja, dentro desta perspectiva, não podem(riam) ocupar os mesmos espaços do idioma oficial. Logo, Lagares (2018) defende que, em razão da criação de uma língua nacional, cria-se um cenário de monolingüismo, no qual o preço dessa criação “é pago em termos de ‘discriminação, exclusão, imposições e violação dos direitos’” (LAGARES, 2018, p. 53).

4. O que faz com que uma língua deixe de ser falada e desapareça?

No capítulo “Minorias linguísticas”, Lagares (2018) discute e problematiza os contextos de bilinguismo, diglossia e, logo, as situações que (podem) acarretam(ar) em conflito linguístico. Desse modo, o autor dá ênfase em discutir as formas da repressão linguística; as situações de comunidades linguísticas minoritárias e os direitos linguísticos dessas comunidades. Nesse sentido, três pontos foram selecionados para discussão: (1) Bilinguismo, diglossia e conflito linguístico; (2) As formas de repressão linguística; e (3) Gestão política dos contatos entre línguas. A seguir, apresenta-se os pontos para discussão.

4.1 - Ponto 1: Bilinguismo, diglossia e conflito linguístico

Lagares (2018) retoma o trabalho de Ferguson (1974), que trata sobre as desigualdades entre línguas e variedades, para mostrar que em situações de diglossia, ou seja, quando há “Um tipo particular de padronização onde duas variantes de uma língua coexistem numa mesma comunidade, cada uma desempenhando um papel definido”, uma variedade alta se sobrepõe a uma baixa, dado que, segundo Lagares (2018), uma especialização de funções ocorre em função do maior ou menor prestígio da variedade. A partir disso, Lagares (2018) aponta, pautado no trabalho de Fishman (1967) que aplica a diglossia em contextos de contato, que é importante e necessário diferenciar a dimensão individual (psicológica) do bilinguismo da dimensão social, dado que “desarma as intuições do senso comum sobre sociedades bilíngues” (LAGARES, 2018, p.129). Com base nos trabalhos de Ferguson (1974) e Fishman (1967), Lagares (2018) evidencia as desigualdades entre línguas e variedades pautado nas (possíveis) funções que (são atribuídas) desempenham as línguas.

4.2 - Ponto 2: As formas de repressão linguística

Partindo de dois exemplos para ilustrar a repressão linguística: livro-panfleto: *Mal de llengües*, Tusón (1998), escrito em catalão para reivindicar a diversidade linguística, Lagares (2018) aponta que a história da humanidade pode ser contada seguindo o rastro de violência e de destruição de pessoas e de tudo aquilo que elas criaram; e o livro-

manifesto: Não à morte das línguas, Hegège (2001 [2000]), Lagares (2018) indica que o extermínio de povos não é o único modo de repressão, mas também as imposições (diz respeito ao caráter linguístico) em regimes autoritários e o preconceito. Para Lagares (2018), a disseminação do preconceito é um dos meios de se provocar o desaparecimento de línguas. Retomando Bourdieu (1982), Lagares (2018, p. 141-142) aponta que a produção de uma língua legítima e de um mercado linguístico unificado produz “uma língua oficial (legítima) [que] é obrigatória em determinados espaços e constitui a medida que rege todas as práticas linguísticas”, desse modo, segundo o autor, a dominação desse mercado (política e economicamente) “provoca efeitos concretos de dominação simbólica.”. Além disso, Lagares (2018) sustenta que há um processo de *glotofagia* (CALVET, 1974), isto é, processo pelo qual uma língua colonizadora acaba “devorando” as línguas dominadas: processo vertical (classes sociais), processo horizontal (geográficos), monolinguismo. Lagares (2018), portanto, evidencia, através das ideias expostas, que a repressão e o desaparecimento de línguas estão relacionados, também, aos regimes autoritários que procuram impor modos de vida uniformes sobre povos e pessoas.

4.3 - Ponto 3: Gestão política dos contatos entre línguas

Lagares (2018) destaca que Henri Boyer (2008) esquematiza as opções sociolinguísticas em dois polos: um *liberal*, intimamente relacionada à imposição de um idioma oficial e à formação de um mercado linguístico unificado; e um *intervencionista*, políticas exercidas às línguas minoritárias, direitos linguísticos universais (visão ‘ecologista’ das línguas), reivindicações identitárias (base do nacionalismo linguístico). Partindo disso, Lagares (2018) questiona a possibilidade de algum Estado nacional exercer uma política liberal e crítica, sobre o polo intervencionista, o fato de Boyer (2008) reconhecer apenas as políticas exercidas em relação às línguas minoritárias. Sendo assim, Lagares (2018, p. 149) argumenta que a sobrevivência das línguas depende inteiramente “da continuidade de comunidades linguísticas e culturais que se reconhecem como tais e que podem reivindicar status jurídico e político diferenciado dentro de um Estado nacional, ou mesmo a construção de um Estado próprio.”. Além disso, Lagares (2018) salienta, com base em Hamel (2003, p.61), que não há consenso sobre o que seja juridicamente uma minoria ou mesmo uma língua, dado que “os Estados se opõem a reconhecer o caráter de povo ou nação a suas minorias étnicas originárias e a conceder-lhes direitos coletivos”. Lagares

(2018), almeja, portanto, evidenciar o modo como os Estados, diante de situações heterogêneas, gerem as políticas linguísticas, salvaguardando o espaço da língua oficial; e expor a desconfiança que os Estados nacionais apresentam em relação ao reconhecimento da sua diversidade linguística.

5. Opinião

De modo geral, o livro “Glótopolítica: reflexão/ação”, de Xoán Lagares, apresenta-se como uma obra de relevância e peso para os novos trabalhos em linguística, sendo, portanto, de extrema relevância, dado que apresenta uma abordagem teórica relativamente nova, a *glótopolítica*. O texto vai além da relação usual entre língua e sociedade encontrada na sociolinguística, problematizando o fazer linguístico em função das relações interventivas e políticas sobre a língua/linguagem.

Tendo em vista a leitura do livro e os pontos selecionados e comentados aqui, o texto é extremamente relevante dado o cenário político-linguístico-social que estamos vivendo. O autor traz significativas discussões sobre o processo de construção da língua, do estado e, conseqüentemente do mercado linguístico e econômico. Portanto, o texto é um instrumento de efetiva informação e reflexão. A leitura do livro é de extremo destaque, diante do cenário de sucessivos golpes contra a diversidade linguística, social, cultural que estamos vivenciando, além disso, nos faz refletir sobre a realidade pouco discutida (ou melhor, não tão evidente para os que não se encontram nessas situações) das línguas em situação minoritárias no Brasil.

Contudo, no capítulo “Língua, Estado, mercado”, no que diz respeito aos dois movimentos nacionalistas, apresentados pelo autor (páginas 54-59) e levantados para discussão, as ideias não se apresentam fáceis, a leitura demanda muito esforço, dado sua densidade e a quantidade de informações exemplificadas. Além disso, o subcapítulo intitulado “Línguas (in) sustentáveis e direitos linguísticos” não nos deixa claro seus objetivos e parece estar dividido em dois blocos de temáticas diferentes: a crítica ao esquema de Boyer (2008) e a reivindicação dos direitos linguísticos. De modo geral, a obra tem peso na literatura linguística e se mostra um componente indispensável para os que estudam a língua/linguagem.

6. Enlace Externo

Ao considerarmos a noção de planejamento linguístico como forma de unificar o estado nação, e além disso, ao considerar que “as dimensões do planejamento incluem não apenas as intervenções sobre o *corpus* e o *status*, mas também sobre os processos de aquisição de idiomas” (LAGARES, 2018, p.23), percebemos que há uma incompatibilidade entre a ideia de planejamento e a prática/realidade dessa proposta, no cenário linguístico atual do Brasil. Isso decorre de dois fatos. O primeiro diz respeito às línguas que nem sempre são atendidas por esse planejamento, como por exemplo as línguas indígenas no Brasil e as línguas das comunidades autônomas na Espanha relegadas ao desaparecimento e marginalização. O segundo, as discontinuidades das políticas linguísticas de ofertas de línguas estrangeiras no Brasil causadas em razão do quanto o Estado poderá lucrar com o oferecimento das línguas, em outras palavras, é ofertada a língua que proporcione maiores ganhos econômicos e políticos para o Estado, ou seja, a língua funciona como um capital ativo (DEL VALLE, 2007).

Segundo Bohn (2000, p. 125):

O poder político e ideológico sendo dominados pelo poder econômico e a cultura subjugada aos condicionamentos da lucratividade das empresas, torna-se difícil definir o ensino de línguas como um bem educacional e cultural, e parece bem mais fácil apresentá-lo como um produto, uma habilidade necessária para a competitividade da globalização.

Bohn (2000) expõe a grave realidade das políticas linguísticas que tendem a estar dependentes de uma ideologia mercadológica, de uma prática exclusivamente com fins lucrativos, o que resulta em políticas linguísticas sem planejamento e gestão que atenda todas as comunidades linguísticas e os falantes, individualmente em seus micros e macrocontextos sociolinguísticos.

De acordo com Garcez (2013, p. 81) muitas políticas são “descontínuas, contraditórias, caóticas, incompletas, desordenadas” e acabam sendo implementadas sem um planejamento linguístico, funcionam como acomodações, emendas, por exemplo, a medida Provisória número 746 seguida da Lei número 13.415 que determina o ensino do inglês na educação básica a partir do sexto ano. Além disso, em 2017, entra em vigor a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual o inglês é o idioma único a ser oferecido nas escolas, ou seja, com a BNCC legitimizam um único idioma e descartam

os outros. Nesse contexto, instaura-se uma conduta que Cavalcanti (2013) denomina *apagamento*, ou seja, ocorre que, diante dessas políticas silenciadoras, que descartam todo um cenário político e regional, vozes que integram a nação, como as línguas indígenas, são esquecidas, e têm seu lugar no *museu*, e/ou marginalizadas.

A língua espanhola, desde uma perspectiva internacional e nacional, materializa a discussão sobre a língua real dos estados modernos, bem como o processo de monolinguismo acarretado pela construção de uma língua nacional, apontado por Lagares (2018). Diferente do que ocorre no Brasil com a Academia Brasileira de Letras, na Espanha, a Real Academia Espanhola (RAE), frequentemente promove instrumentos de coerção e de coesão linguísticas, seja em suas gramáticas, jornais ou notas publicadas online nos meios de comunicação ou nas redes sociais, como mostra este artigo sobre [“como se escrevem os números em espanhol”](#). As instituições imbuídas de poder linguístico e com declarado teor prescritivo-normativo, como a RAE, promovem a “língua da nação”, “pura” e sem “interferências”, tanto na Espanha, onde se encontram outras línguas, como nos países que têm o espanhol como idioma oficial, a fim de preservar a “língua da nação” e preservar a “comunidade imaginada”. Essa tentativa de estabelecer uma língua “inocorrível” nos mostra um grande empreendimento político e econômico de manter forte o Estado nacional, conduzido através da construção de uma consciência comunitária coletiva, pautada no movimento cultural denominado *hispanismo* ou *hispano-americanismo*. Foi através da ideia de que uma cultura espanhola comum, materializada na língua espanhola e existente em ambos os lados do atlântico, que constituía a base de uma entidade política e economicamente operativa, que se construiu a ideia de hispanofonia: “una ideología lingüística [...] un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, entorno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central.” (VALLE, 2007, p. 37-38), isto é, uma identidade coletiva compartilhada por aqueles que falassem a língua espanhola. Desse modo, o espanhol como símbolo internacional consistiria de uma estratégia de união dos países de fala hispânica a fim de compor uma soberania da língua espanhola, como língua e nação de poder. Esse movimento de hispanofonia surge em razão do desafiador projeto de construção nacional a fim de promover a língua espanhola em detrimento dos

movimentos nacionalistas das comunidades autônomas, e em detrimento da perda das colônias em razão de seus próprios processos de construção nacional.

Além disso, como consequência desse construto de *língua real dos Estados modernos* apontado no capítulo “Língua, Estado, mercado”, ponto 3, a invenção da língua nacional acarretou na manutenção de um monolinguismo. Em regiões multilíngues, como o Brasil, há um movimento que Cavalcanti (2013) vai chamar de *apagamento das vozes* dos falantes dessa sociedade, ou seja, não há a devida gestão linguística dessas zonas heteroglóssicas. As políticas linguísticas são pensadas em razão da língua nacional e quase, ou nada, é evidenciado tais contextos em que os falantes no seu dia a dia fazem uso da língua, legitimada nacionalmente, e as línguas de suas comunidades locais, as indígenas no caso do Brasil.

Sobre o que diz respeito ao receio, desconfiança e dificuldade do Estado reconhecer a diversidade linguística da nação, apontado por Lagares (2018), pesquisas mostram que a ausência de assistência às minorias linguísticas no Brasil (podem) causam(ar) o desaparecimento de línguas e culturas. De acordo com Melito (2016), 90% das línguas indígenas brasileiras foram extintas e as que restam calcula-se um total de 180 línguas indígenas existentes, segundo o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL, UNICAMP); 150, segundo Museu Goeldi e 274 línguas faladas por 305 povos indígenas, segundo o IBGE (2010).

A divergência e não exatidão dos números, reafirmam mais ainda a ausência de políticas públicas eficazes em dar suporte às línguas e às pesquisas que são realizadas a fim de manter as comunidades linguísticas em situação minoritárias vivas. O trabalho de levantamento e descrição das línguas faladas em uma nação fortalecem e evidenciam as línguas, quando isso não ocorre ou quando esse levantamento não é preciso, visto a dificuldade de sistematização e de definição do que é ou não considerado língua/dialeto/variedade, essas mesmas línguas ficam relegadas à marginalização social e linguística, ou então desaparecem.

Com todo o exposto aqui, algumas perguntas são levantadas. O que faz com que uma língua deixe de ser falada e desapareça? Por que não parece ser importante o reconhecimento das línguas minoritárias? Por que há uma dificuldade de precisar o número de línguas faladas num território, por parte do Estado e das instituições que fazem os levantamentos? Que papel é esse que a língua da nação desempenha excluindo

da sua realidade vozes que fazem parte desta nação? Essa suposta coesão social (linguística), na prática, vai contra a realidade que vivemos, de que forma nos posicionamos frente a isso? Como sair do *museu* e tomar a voz? Quem escolhe a língua que falamos e por quê? Qual o papel do planejamento linguístico e gestão linguística na atualidade? De fato, há um planejamento/gestão no Brasil?

Referências bibliográficas

BOHN, H. I. *Os aspectos 'políticos' de uma política de ensino de línguas e literaturas estrangeiras*. Linguagem & Ensino, Vol. 3, No. 1, 2000, p. 117-138.

BRASIL. Base nacional comum curricular, 2017

CAVALCANTI, M.C. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na Modernidade Recente - Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 211-226.

GARCEZ, P.M. *Observatório de políticas linguísticas no Brasil: metas para a Linguística Aplicada*. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 79-92.

LAGARES, Xoán Carlos. Glotopolítica: reflexão/ação. In.: LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018, p.15-47.

LAGARES, Xoán Carlos. Minorias linguísticas. In.: *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2018, p. 151-156.

LAGARES, Xoán Carlos. Língua, Estado, mercado. In.: LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018, p.49-119.

MELITO, Leandro. *Quase 90% das línguas brasileiras foram extintas e as que restam estão ameaçadas*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/04/de-1500-linguas-indigenas-no-descobrimento-restaram-181-todas-ameacadas-aponta>>. Acesso em 15 de nov de 2019.

VALLE, José. *La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español*. VERVUERT: IBEROAMERICANA, 2007.